

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefs. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO	2 Agosto		



O FANTASMA INVISÍVEL

«...Não partirá de nós a polémica nem a escaramuça», garantiu ontem, solenemente, perante milhões de portugueses, o Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo, no discurso que pronunciou durante a cerimónia de posse do seu gabinete.

Esta promessa do novo Chefe do Governo é, por si só, um programa e uma garantia. Um programa que diz bem (as intenções deste Governo) um não se limitará nos golpes da baixa política. Uma garantia de que o Executivo de Pintasilgo procurará, pela sua actuação, levar a rigor os princípios que inspiraram a sua formação, e que Eanes definiu logo no momento em que anunciou ao país a sua intenção de convocar eleições intercalares.

Quase em termos de quem completa o «programa» e a «garantia» acima referidos, Lourdes Pintasilgo diria, noutro passo do seu discurso, que «a isenção é inteira, porque de nós depende». Um pensamento destes tem, forçosamente, e por imperativos da honestidade política que cabe a cada um, de ser entendido como o pedido de um aval de crédito. Isto é, para provar a isenção do seu Gabinete, o Primeiro-Ministro não pediu mais do que o crédito na sua própria palavra. Ora, não há dúvida que à partida todas as pessoas, quaisquer que sejam os seus quadrantes ideológicos ou convicções políticas, têm direito a serem acreditadas, até que os seus actos demonstrem que não merecem o crédito pedido. Assim sendo, e posto que os colaboradores de Pintasilgo são, na sua totalidade, personalidades não vinculadas partidariamente, é justo que o cidadão, por mais exigente que seja para consigo mesmo, lhe dê pelo menos o tempo indispensável para poderem demonstrar a sua isenção. O «benefício da dúvida» será, neste caso, e pelo menos até que o novo Governo apresente o seu programa de acção, o limite máximo nas exigências de qualquer pessoa responsável.

Mas se este é um ponto de vista, se não dogmático, pelo menos lógico, entendido no seu comum, assim não o julgaram os dirigentes da recém-formada «Aliança Democrática». E tanto assim que, quer Sá Carneiro quer Freitas do Amaral, já depois de terem manifestado a discordância dos seus partidos na escolha feita por Eanes ao indigitar Pintasilgo para formar Governo, acabaram por recusar o primeiro convite desta para na simples troca de impressões sobre o elenco e, pior ainda, primaram pela ausência de qualquer representação dos seus partidos no acto de posse, que ontem teve lugar no Palácio da Ajuda.

O mínimo que se poderá dizer de uma atitude tão radical é que este gesto, para além de uma indelicadeza imprópria de políticos responsáveis, foi um tremendo erro em termos de estratégia e táctica política. Não será agora muito de espantar, e até se poderá entender dentro de certa lógica, se os dois partidos nem sequer comparecerem nos debates do programa a levar ao Parlamento.

Não é legítimo a ninguém, em democracia, colocar-se à partida numa atitude de oposição sistemática, sem que para tal tenha havido factos concretos que a isso conduzam. Ora, no caso do Governo acabado de empossar esses factos não podem existir, pelo menos de momento. Primeiro porque os membros da equipa governativa não têm filiação partidária concreta; segundo, porque ainda não foi apresentado o programa que um tal gabinete se propõe executar. Desta feita, quem poderá, com honestidade, afirmar que o Governo vai ou não ser isento, e garantir que as eleições se realizem ou não com total respeito pelas regras democráticas?

Pintasilgo garantiu-nos, para já e sob compromisso de honra, que o seu Executivo actuará com total isenção e independência. Ainda é cedo para nos podermos pronunciar sobre o merecimento ou não de crédito, no âmbito das garantias que nos deu. Logo, é importante que saibamos esperar para podermos julgar com isenção. Porque em política para se poder exigir dos outros é necessário que se seja exigente consigo próprio.

MANUEL TEIXEIRA